

VIDA URBANA E ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DA PRAÇA DO DI EM TAGUATINGA/DF

Data de aceite: 02/09/2024

Ana Catarina de Paula Silveira de Matos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil.
Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC
Norte

Orlando Vinicius Rangel Nunes

Professor da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil
Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC
Norte

espaços livres públicos, sua importância nas centralidades urbanas e sua relação com a vida comunitária. Conclui-se que é necessário redesenhar a Praça do DI, considerando trajetos, integração e com setorização mais eficiente, para tornar o local mais acolhedor e propício à vida urbana e expressões de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Apropriação. Centralidade urbana. Espaço livre público. Praças. Praça do DI.

URBAN LIFE AND PUBLIC OPEN SPACES: POST OCCUPANCY EVALUATION OF PRAÇA DO DI IN TAGUATINGA/DF

RESUMO: Os Espaços Livres Públicos (ELPs) são essenciais para a dinâmica da vida urbana, conectando pessoas e criando vínculos simbólicos. Esta pesquisa tem por objetivo compreender as formas de apropriação na Praça do DI em Taguatinga Norte no Distrito Federal, destacando sua contribuição para a centralidade urbana multifuncional e seu papel como espaço livre público de caráter local, no contexto urbano de paisagem do medo. Utiliza-se as técnicas de Avaliação Pós-Ocupação (APO), através dos métodos de observação e revisão sistemática de literatura, para compreender as formas de apropriação dos

ABSTRACT: Public Open Spaces are essential for the dynamics of urban life, connecting people and creating symbolic bonds. This research aims to understand the forms of appropriation in the Praça do DI in Taguatinga Norte, Distrito Federal - Brazil, highlighting its contribution to multifunctional urban centrality and its role as a local public free space, in the urban context of the landscape of fear. Post-Occupancy Evaluation (POE) techniques are used, through methods of observation and systematic literature review, to understand

the forms of appropriation of public free spaces, their importance in urban centralities, and their relationship with community life. It is concluded that it is necessary to redesign the Praça do DI, considering pathways, integration, and more efficient zoning, to make the place more welcoming and conducive to urban life and expressions of citizenship.

KEYWORDS: Appropriation. Urban centrality. Public open space. Squares. Praça do DI.

INTRODUÇÃO

A cidade deve ser um local de encontro, de manifestação e de apropriação, no sentido da realização da vida urbana. O arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl defende o conceito da “Cidade Viva” (GEHL, 2013, p.19), esta que deve ser saudável, segura, sustentável e oferecer boas oportunidades de caminhar. O autor afirma, ainda, a importância do caminhar pelos Espaços Livres Públicos (ELPs) desfrutando a vida urbana ao invés de apenas andar para chegar da origem e cumprir suas funções cotidianas, pois apenas com o ritmo da caminhada é possível experimentar a cidade.

Os ELPs podem ser definidos como “Todo espaço não edificado [...], ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso.” (MAGNOLI, 1982). Porém, mais que um espaço não edificado, os ELPs representam o centro da vida urbana, são o palco das mais diversas formas de apropriação, e têm o potencial de promover encontros, lazer e desconpressão no espaço urbano. Dentre os Sistemas de Espaços Livres Públicos (SELPs), as praças são um dos mais importantes nas cidades brasileiras por desempenhar um papel fundamental para relações sociais (BERTULUCI, 2019).

Conceitualmente, a praça, apesar de assumir papéis distintos e apresentar uma diversidade morfológica, possui em sua gênese o caráter de espaço coletivo lugar de manifestação de culto e de ritos propícios à interação social. [...] Na cultura ocidental, as praças desempenharam um papel importante no contexto urbano: são espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como pontos focais na organização da cidade. (CALDEIRA, 2010, p.20)

Lefebvre (1999) defende que “qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano foi, é, e será, concentrado e multicêntrico”. A Praça do DI, localizada em Taguatinga Norte, é o principal objeto de estudo deste ensaio, devido a sua relevância na formação de centralidade da Região Administrativa de Taguatinga – RA III. A análise do lugar será feita a partir de técnicas de Avaliação de Pós Ocupação (APO), buscando compreender a relação da população com a Praça e entre si nos ELPs.

Considerando este contexto teórico, este artigo busca estudar as formas de apropriação da Praça do DI em Taguatinga Norte e seu papel como espaço livre público de caráter local. Objetiva-se fornecer insumos para interpretações mais panorâmicas sobre o papel dos espaços livres públicos em centralidades urbanas. De forma específica, objetiva-se: elaborar revisão sistemática de literatura sobre espaços livres públicos e formas de

apropriação de praças; analisar como as formas de apropriação nos espaços livres públicos contribuem para a dinâmica da vida urbana; estudar as interações entre indivíduos e entre indivíduo e espaços livres nas condições urbanas atuais de insegurança e esvaziamento nos ELPs, buscando compreender como/se essas relações mudaram ao longo do tempo; estudar o caso da Praça do DI, em Taguatinga Norte, como perspectiva de observação para explicar os fenômenos de apropriação dos espaços livres públicos.

Este artigo foi organizado em explicação do método, contexto da literatura a respeito de espaços livres e praças e estudo do caso da Praça do DI.

MÉTODO

Como ponto de partida, foi realizada uma pesquisa exploratória através de busca de referenciais teóricos, tais como artigos e dissertações, relacionados ao tema dos espaços livres, suas formas de apropriação e sua contribuição para a dinâmica da vida urbana, para maior compreensão do mesmo. A partir da pesquisa exploratória identificou-se a necessidade de desenvolver essa pesquisa a partir de dois procedimentos estratégicos complementares, a saber: revisão sistemática de literatura e estudo de caso avaliado por meio de APO.

As formas de apropriação dos espaços livres, foram entendidas por meio de fontes secundárias por meio de estudos previamente elaborados, que apontam tipos morfológicos de apropriação em centralidades urbanas. Para tanto, foram utilizados procedimentos de Revisão Sistemática de Literatura, a partir das chaves de consulta: “espaço livre público” AND “apropriação”. Foram selecionados todos os artigos revisados por pares encontrados no Periódico Capes, de todos anos, em português e inglês e bases de dados disponíveis. Em uma consulta preliminar identificou-se 10 artigos os quais passaram para a fase de elegibilidade, onde foram excluídos os artigos repetidos e aqueles que não responderam ao problema de pesquisa. Essa exclusão foi baseada na leitura do título e do resumo do artigo. Todos os artigos não excluídos foram incluídos na pesquisa.

Na sequência foi elaborado a leitura integral dos artigos revisados por pares organizando o assunto tratado pelos autores a partir da seguinte codificação: sistema de espaços livres públicos (SELP); inserção dos ELP em centralidades urbanas; papel do ELP na vida comunitária; desempenho econômico dos ELPs; ressignificação do ELP; formas de apropriação dos ELPs.

Após a fase de elegibilidade, apenas 4 artigos, dentre os 10 inicialmente identificados, foram selecionados para serem incluídos na pesquisa, sendo excluídos os artigos repetidos ou cujo o texto estava indisponível e aqueles que não respondem ao problema de pesquisa. Com o intuito de realizar uma pesquisa mais abrangente, a chaves de consulta: “espaço livre público” AND “apropriação” foi alterado para “espaço livre” AND “apropriação”, gerando o resultado de 48 artigos revisados por pares, dos quais 22 foram selecionados após a fase de elegibilidade.

Por meio desses códigos, foi possível apresentar o Estado da Arte do tema na literatura. Todos os códigos relacionados acima possuem interface com a história e as dinâmicas contemporâneas da Praça do DI. Essa preocupação se justifica, pois, a Revisão Sistemática tem como papel nesta pesquisa evidenciar a complexidade da observação e do estudo do caso da Praça.

Foi realizado um estudo de caso, baseado em observação sistemática com o objetivo avaliar a pós-ocupação da Praça do DI, em Taguatinga Norte.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33).

O método de observação tem como referência a obra “A Vida na Cidade - Como Estudar” (GHEL; SVARRE, 2018) e é feito tendo como base perguntas sistemáticas tais como: “Quem utiliza a Praça? Por onde as pessoas passam? E onde permanecem? O que fazem? Quanto tempo levam?”. O estudo é feito em diferentes horários e dias da semana, com a intenção de coletar dados diversificados. Após a coleta de dados é possível dividir as diversas pessoas e atividades em subgrupos e alcançar conhecimentos específicos das formas de apropriação na Praça do DI e das interações entre moradores, entre si e com o espaço livre público.

Os produtos esperados a partir da observação de campo consistem em: Identificação do programa de necessidades e análise do entorno da Praça, resultando no Mapa de Uso do Solo; Mapa comportamental, registrando locais de permanência; Avaliação do traçado, sendo registrados os principais percursos dos passantes pela Praça e Registro Fotográfico, com o intuito de documentar as interações entre indivíduos e entre indivíduo e espaço através da fotografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espaços livres públicos e praças: o contexto da literatura

Para que haja urbanidade é necessário que o espaço urbano propicie a copresença entre diversas situações, atividades, experiências e pessoas, (LEITE, 1984). Para Paulo Rheingantz (2012, p.136) esta qualidade “[...] não tem sua origem nas pessoas nem no ambiente construído, que se produz na relação entre ambos, um produto das relações entre humanos e não humanos”.

Os espaços livres públicos podem ser definidos como “suporte físico-material para o acontecimento da vida pública” (POLLI; CASARIN, 2020, p. 2) e, portanto, devem estar no centro da vida urbana. Meneguetti, Rego e Pellegrino (2005, p. 169) defendem que os ELPs são a gênese da cidade e que esses espaços “não devem ser apenas aqueles desprovidos de edificações, mas, muito além desse fato, devem ser os espaços que possibilitem as trocas sociais, os encontros, o exercício da política. Os espaços livres públicos urbanos devem ser o “palco da cidadania”.

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. É visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos. (SERPA, 2007, p.11)

A forma como as pessoas se apropriam dos ELPs contribui para a criação de valores simbólicos e identitários do lugar (MENEQUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005) e, através da estudo e identificação das formas de uso e apropriação, é possível compreender as relações da população com o lugar e “[...] seu papel atual na esfera pública e no tocante às interações sociais e expressão da cidadania” (LETTIERI; SANTOS, 2019).

Uma centralidade urbana é um local de convergência, sendo um ponto que assume um maior valor simbólico, seja por possuírem alguma importância de caráter histórico, constituírem alguma espécie de marco, por concentrarem alguma função específica, ou por estarem sujeitos a alguma condição ambiental vantajosa (HEPNER, 2007).

A função social [dos ELPs] está intimamente relacionada às características ligadas ao convívio em comunidade e ao lazer. São espaços onde acontecem os encontros e trocas da vida cotidiana, desde os mais simples, como conversas entre amigos, até expressões culturais diversas – manifestações e apresentações ao ar livre. São espaços utilizados para lazer, descanso, leitura, meditação, orações, para o brincar das crianças e esportes das mais variadas modalidades. (HANNES, 2016)

As praças representam a conexão entre espaço livre e espaço construído, desempenhando o papel de local de lazer, encontro e contemplação da natureza na malha urbana. “A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante” (LAMAS, 1993).

As praças brasileiras apresentam papel de lugar de encontro com a natureza, já que assumem caráter voltado ao lazer, às práticas esportivas e à contemplação. Desde a pequena praça de bairro até as praças centrais, percebe-se o forte ecletismo e as influências francesas e americanas nas mais imponentes, ligadas aos grandes equipamentos públicos e áreas centrais, e influências inglesas nas praças voltadas às áreas residenciais. A praça moderna, originada após a década de 1940, é fruto da escassez de espaços de lazer nas próprias residências, já que estas cederam lugar às garagens para automóveis. (HANNES, 2016)

A partir deste breve relato da revisão integrativa da literatura, pode-se afirmar que a urbanidade está intrinsecamente ligada à copresença entre diferentes situações, atividades, experiências e pessoas no espaço urbano. Essa qualidade é resultado das interações entre humanos e não humanos, como defendido por Paulo Rheingantz. Os espaços livres públicos desempenham um papel fundamental nesse contexto, sendo o suporte físico-material para a vida pública e o palco da cidadania.

No entanto, o espaço público enfrenta desafios, pois, apesar de ser teoricamente comum a todos, acaba sendo apropriado por poucos e incorporado como mercadoria no sistema capitalista global. Ainda assim, é um espaço simbólico que reflete diferentes ideias de cultura e relaciona sujeitos na produção e reprodução dos espaços cotidianos.

As pessoas moldam os espaços livres públicos através de suas apropriações, criando valores simbólicos e identitários que refletem sua relação com o lugar e sua expressão da cidadania. As centralidades urbanas, por sua vez, assumem um valor simbólico maior, sendo pontos de convergência importantes no tecido urbano.

As praças, em particular, desempenham um papel significativo como pontos de encontro, lazer e contemplação da natureza na cidade. Elas representam a conexão entre o espaço livre e o construído, tendo grande relevância no desenho urbano como espaços coletivos de significado importante.

No contexto brasileiro, as praças assumem um caráter especial, sendo locais de encontro com a natureza e oferecendo espaço para diversas práticas sociais e culturais. Sua evolução ao longo do tempo reflete as mudanças nas necessidades e dinâmicas da sociedade.

Portanto, garantir a preservação, a acessibilidade e a diversidade de usos dos ELPs, especialmente das praças, são essenciais para promover a urbanidade, a cidadania ativa e o fortalecimento das relações sociais nas cidades. Por esse motivo, é necessária uma avaliação constante dos modos dinâmicos de apropriação dos Espaços Livres das Praças, de forma que seu desenho reflita os desejos e necessidades dos cidadãos, o que será feito a seguir na análise sobre a Praça do DI.

A Praça do DI

A análise dos espaços livres pode ser feita em duas etapas principais: pesquisa documental histórica acerca do objeto de estudo e estudo de caso através de técnicas de Avaliação Pós-Ocupação (APO) junto a análise do entorno (LETTIERI; SANTOS, 2019; POLLI; CASARIN, 2020; MENEGUETTI; REGO; PELLEGRINO, 2005; JORGE, 2007).

Contexto histórico e geográfico da Praça do DI

A Praça do DI é um local de centralidade urbana relevante para Taguatinga. Por meio de técnicas de observação (GEHL, 2018), pode-se notar a praça como um espaço de passagem, cuja permanência é muito pouca e relativamente breve. Ao longo dos últimos anos a praça sofreu modificações tais como: a destruição da pista de skate (2014) e privatização de 800 m², quase 1/3 da área (2022), que provocaram a indignação popular e atos de manifestação (CORREIO BRAZILIENSE, 2016; 2022). A praça foi reformada e reinaugurada, com uma nova pista de skate (BSB CAPITAL, 2023). Porém, a pista, assim como o lote privatizado, estão cercados, medida que restringe a interação da população com o espaço, gerando desconforto e insegurança.

Esse cenário coincide com a definição de Lira (2014) e Batista (2003) quando caracteriza a “paisagem do medo”. Esse fenômeno urbano da contemporaneidade surge a partir do urbanismo da segunda metade do século XX quando se seguiu um modelo de descentralização, criando cidades mais dispersas, resultando em grandes deslocamentos e no aumento gradativo do tráfego de veículos. Esse modelo de ocupação afastou a vida urbana do espaço público e resultou no esvaziamento e insegurança das cidades (JACOBS, 2000). Tal esvaziamento contribui para o aumento da violência urbana, descaracterização e degradação dos ELPs e nas chamadas “paisagens do medo” e na “arquitetura do medo” (ALI; JESUS; RAMOS, 2020). Essas paisagens fecham o círculo vicioso, pois ao considerar o medo as pessoas que frequentavam o lugar, passaram a não estar mais presentes no ELPs. Como consequência o espaço, na ótica da sociedade, passa a ser interpretado como espaço marginal com a presença de pessoas marginais.

É importante destacar que nas últimas décadas é notável, em diversas partes do mundo, um esforço para tornar o espaço urbano mais acessível e acolhedor, melhorando as condições da vida urbana, e buscando reverter a "paisagem do medo". Nem sempre estas intervenções geram os resultados pretendido, pois muitas delas – como a chamada revitalização do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro (2009) que expulsou a população que vivia no porto para a construção do empreendimento – usam de lógicas sanitaristas, que promovem a retirada das populações marginais que ocupam o espaço, aproximando-se de fenômenos de gentrificação, espaços de espetáculos urbanos e espaços genéricos desprovidos de identidade. Para evitar tais fenômenos as intervenções devem considerar a história do lugar, as relações entre indivíduo e espaço e os valores, memórias e laços simbólicos do espaço.

Associada à ideia de espaço público enquanto reafirmação da identidade individual ou coletiva, compreende-se a capacidade deste em carregar valores, sentidos e memórias, entendidos como laços simbólicos com o lugar. Neste cenário, a verdadeira expressão das relações dos indivíduos com a cidade habitada se dá através dos diferentes encontros, usos e experiências que acontecem nos espaços do bairro, relacionando-se às condições banais e acidentais da vida cotidiana. (POLLI, CASARIN, 2020)

A Região Administrativa de Taguatinga - RA III, inaugurada em junho de 1958, foi a primeira cidade-satélite do Distrito Federal (DF) (vide imagem 1). A RA surgiu devido à grande demanda habitacional no período da construção de Brasília, causada pelo grande fluxo migratório de trabalhadores para a construção da nova capital, “esta migração chegou a atingir uma taxa média de 120% ao ano (...) passando a população de 12.700 habitantes, em 1957, a 140.164 habitantes em 1960” (BRANDÃO, 2003).

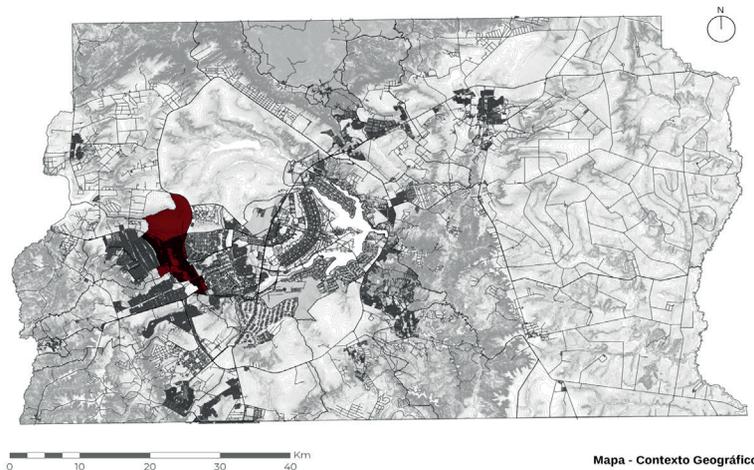


Imagem 1 - Mapa de Contexto, localizando **Taguatinga no Distrito Federal** com polígono vermelho
Elaborado pela autora (2023) - Fonte de dados: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEDUH

Localizada a aproximadamente 21 km do Plano Piloto, a RA III se estrutura de forma linear por três eixos principais que a atravessam sentido Norte - Sul: Avenida Comercial, Samdu e Pistão, pelos quais a RA se conecta aos acessos para demais regiões administrativas (vide Imagem 2).

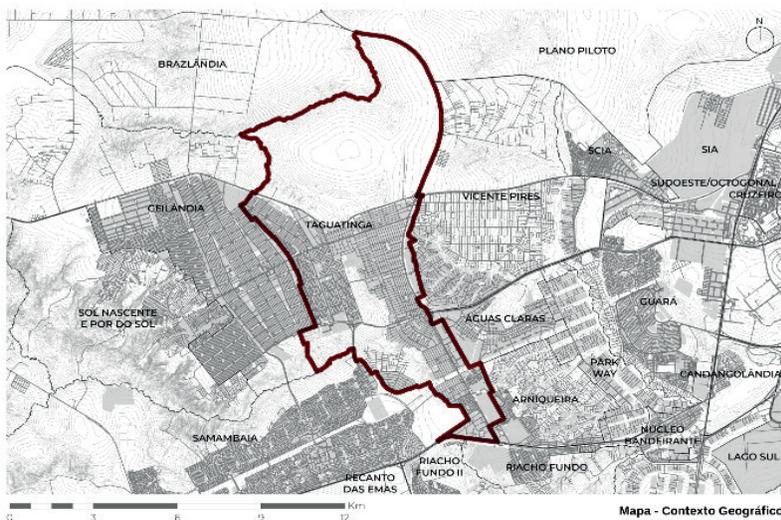


Imagem 2 - Mapa de Contexto do **Entorno de Taguatinga no Distrito Federal**, destacando a RA III e identificando as RA's do entorno

Elaborado pela autora (2023) - Fonte de dados: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEDUH

A RA de Taguatinga conta com uma boa diversidade de equipamentos próximos aos domicílios, tais como praças, quadras, Pontos de Encontro Comunitário - PECs, escolas, feiras, equipamentos de saúde e segurança e espaços culturais. A região também conta com um parque urbano - o Taguaparque e praças relevantes para a urbanidade local - a Praça do Relógio, a Praça do DI e a Praça do Bicalho, todos localizados entre Taguatinga Norte e Centro (vide Imagem 3).



Imagem 3 - **Mapa de Parques e Praças**, identificando o parque e praças relevantes para Taguatinga, incluindo a **Praça do DI**

Elaborado pela autora (2023) - Fonte de dados: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEDUH

A praça do DI - originalmente chamada Santos Dumont está localizada em Taguatinga Norte, próxima ao eixo central da RA - A Avenida Comercial. A praça conta com o Centro Educacional Infantil 04 de Taguatinga, a Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, a quadra do DI e quiosques (vide Imagem 4).



Imagem 4 - Mapa de Contexto da **Praça do DI** e seu programa de necessidades

Elaborado pela autora (2023) - Fonte de dados: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEDUH

A Praça do DI está localizada entre a Avenida Comercial Norte e o Pistão, próxima ao Taguaparque. Seu entorno é marcado por, além de residências, edificações de uso misto de até 4 pavimentos, com fachadas ativas e diversidade de comércios, incluindo barbearia, restaurantes e lanchonetes, farmácias e lojas (vide Imagem 5). Tais características proporcionam um espaço multifuncional e ativo, com passagem e permanência de diferentes grupos de pessoas em diferentes horários, todos os dias da semana.



Imagem 5 - Mapa de Uso do Solo do Entorno da **Praça do DI**, destacando o entorno da Praça como de uso misto

Elaborado pela autora (2023) - Fonte de dados: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEDUH

A Praça do DI hoje: avaliação pós-ocupação por observação

A partir de observações de campo, realizadas em março, maio e junho de 2023, foi possível mapear os principais locais de permanência além dos principais trajetos realizados pelos usuários do local (vide Imagem 6). A Praça é majoritariamente local de passagem e a permanência é, além de pouca, breve. Esta baixa retenção pode ser relacionada a um desenho inadequado/ desconfortável do espaço, associado ao modo como as praças em áreas centrais são utilizadas, assim como afirma Goulart (1997, p. 40).

As praças centrais possuem mais dinâmica de passagem que de estagem. E assim devem ser consideradas: um acidente espacial de ruptura com o volume edificado. Existem pessoas, objetos constantes e imóveis, ou móveis, dentro de um pequeno espaço, sendo entornados por um ir e vir incessante de passantes e momentaneamente apreciadores deste situacionismo mutavelmente decadente, renovador, vindo a criar novos estímulos nestes espaços, onde, por outro lado, a ideia de descansar, repousar, não se dá só ao nível de sair da área de circulação, pois o elemento pedestre passante é imagem (seja qual for o gesto, a atitude, a pressa, a vinda, a fala, o vestir, etc.) a ser observada por parte do estante na praça.

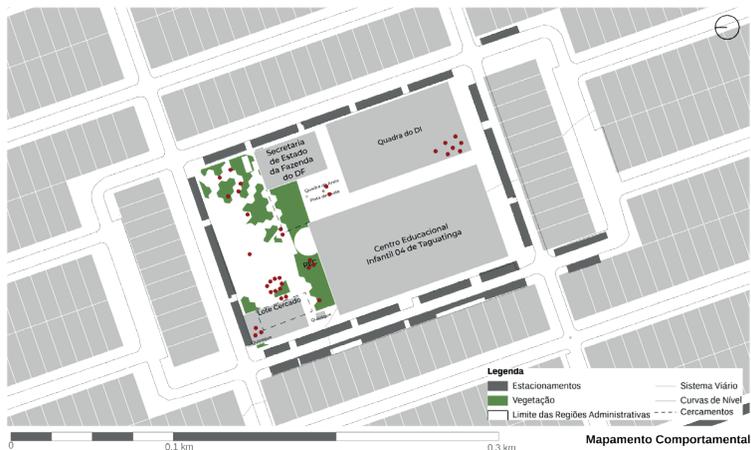


Imagem 6 - **Mapeamento Comportamental**, representando os locais de permanência na **Praça do DI**, marcados por pontos vermelhos-

Elaborado pela autora (2023)

Um aspecto relevante que pôde ser observado é o aumento da população em situação de rua presente na praça. Nas visitas iniciais, realizadas em março/2023, já foi possível identificar a presença de pessoas acampadas no local, então, ao longo das visitas posteriores, além de um aumento desta população, foi notada a permanência de um grupo de aproximadamente 8 pessoas na Praça.

É perceptível uma tendência à auto-segregação em microescala, uma vez que a população tende a permanecer em espaços, como a Quadra do DI, cercados e cujo acesso se dá por fora da Praça. Estes espaços são os pontos mais distantes daqueles onde a população em situação de rua se abriga (vide Imagem 7). Porém, é importante destacar que equipamentos como: quadras esportivas, parque infantil e pista de skate, estão todos localizados nestes espaços cercados, ressaltando a segregação socioespacial no próprio desenho do espaço.



Imagens 7 - **Pessoas em situação de rua acampadas na Praça**

Fotos da autora (8 de junho/ 2023)

A Praça recebe um bom fluxo de pessoas diversas e com objetivos variados, desde idosos caminhando a pais levando os filhos à escola (vide Imagens 8, 9 e 10).

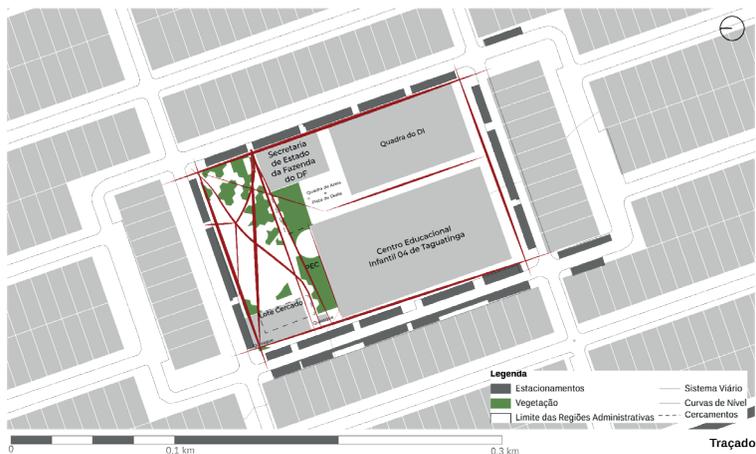


Imagem 8 - **Mapeamento de Traçado**, representando os principais percursos dos passantes pela **Praça do DI**

Elaborado pela autora (2023)

A falta de espaços destinados aos ciclistas na malha urbana de Taguatinga leva a um claro conflito entre carros, ciclistas e pedestres, uma vez que, devido a insegurança do ciclista em utilizar a pista junto aos carros, estes disputam o espaço da calçada da Praça com os pedestres.



Imagem 9 - **Pessoas sentadas em bancos**

Fotos da autora (8 de junho/ 2023)



Imagem 10 - **Pessoas passando pela Praça**

Fotos da autora (8 de junho/ 2023)

Diante das observações realizadas na Praça do DI, é possível perceber que o espaço enfrenta desafios significativos em relação à sua funcionalidade e qualidade como um espaço público urbano. A transformação da praça ao longo dos anos, incluindo a destruição da pista de skate e a privatização de parte da área, gerou indignação na comunidade e afetou a interação da população com o espaço.

A crescente ocorrência da “paisagem do medo”, caracterizada por um ambiente urbano esvaziado e inseguro, também se faz presente nessa praça. A descentralização urbana, a falta de espaços acolhedores e acessíveis, bem como a segregação socioespacial, contribuem para esse fenômeno.

As intervenções urbanas realizadas para tornar o espaço público mais atrativo e seguro nem sempre surtem os resultados desejados. Algumas abordagens, como a revitalização do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, podem resultar em gentrificação e perda de identidade. Portanto, é fundamental que as intervenções considerem a história do lugar, as relações entre as pessoas e o espaço e os valores simbólicos que o lugar carrega.

A Praça do DI é um espaço multifuncional e ativo, onde diferentes grupos de pessoas transitam e interagem (vide imagem 11). No entanto, a permanência nesse espaço é breve, indicando possíveis desconfortos relacionados ao seu desenho inadequado. A presença crescente de pessoas em situação de rua na praça também requer atenção e cuidado na busca por soluções que promovam a inclusão social



Imagem 11 - **Pessoa sentada fumando** (à esquerda); **Pessoa utilizando a PEC** (à direita)

Fotos da autora (8 de junho/ 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Espaços Livres Públicos de qualidade são essenciais para a dinâmica da vida urbana, uma vez que são o palco de diversas formas de apropriação e carregam valores simbólicos que criam conexões entre indivíduos e entre espaço e indivíduo. Estes espaços junto a centralidades multifuncionais proporcionam maior utilização da infraestrutura urbana, pois a multifuncionalidade garante o uso do espaço por diversos públicos em diferentes contextos, contribuindo para a urbanidade da cidade.

No caso da Praça do DI, localizada em uma posição de centralidade multifuncional em Taguatinga, é um local indispensável para a vida urbana da RA. Esta, porém, necessita de um redesenho mais adequado e confortável, que leve em consideração os trajetos dos usuários, a integração entre a praça e o entorno e uma setorização eficiente de equipamentos que gere conexão.

Numa perspectiva mais geral, a partir do caso da Praça do DI, é possível concluir que urbanidade e a qualidade da vida urbana estão intrinsecamente ligadas à existência de espaços públicos acolhedores, seguros e multifuncionais. Nesse contexto, os Espaços Livres Públicos (ELPs), e em especial as praças, desempenham um papel fundamental na promoção do encontro, da interação social e da expressão da cidadania. No entanto, esses espaços têm enfrentado desafios significativos em meio às dinâmicas urbanas contemporâneas.

Para revitalizar e promover a urbanidade nas praças e espaços públicos, é fundamental que as intervenções considerem a história do lugar, as relações entre indivíduos e espaços, bem como os valores e memórias simbólicas da comunidade. Além disso, é importante buscar um desenho urbano mais inclusivo, que proporcione acessibilidade e convivência entre diferentes grupos sociais, como idosos, crianças, ciclistas e pedestres.

As praças brasileiras, incluindo a Praça do DI, são espaços valiosos que devem ser preservados e adaptados às necessidades e desejos dos cidadãos. Ao promover a multifuncionalidade, o acolhimento e a segurança nesses espaços, é possível criar ambientes urbanos mais dinâmicos, inclusivos e propícios à vida urbana. Dessa forma, os ELPs poderão cumprir plenamente sua função social como suporte para a vida pública e como palco da cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

REFERÊNCIAS

ALI, P. C.; JESUS, L. A. N. RAMOS, L. L. A. **Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana**. Espírito Santo, Brasil. 2020.

BERTULUCI, G.O. **Espaços livres e Urbanidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

BRANDÃO, V. B. **Espaço Urbano x Apropriação Social**: Um estudo de caso dos espaços públicos abertos de Taguatinga. Dissertação (mestrado). Brasília, 2003.

BSB CAPITAL. **Praça do DI volta a ter pista de skate**. 2023. Disponível em: <https://bsbcapital.com.br/praca-do-di-volta-a-ter-pista-de-skate/>. Acesso em 15 de maio/2023.

CALDEIRA, J. M. **A praça colonial brasileira**. (Artigo acadêmico). Brasília, 2010.

CORREIO BRASILIENSE. **Skatistas que usavam a pista da Praça do DI pedem novo local para o esporte**. 2016. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/03/interna_cidadesdf,525448/skatistas-que-usavam-a-pista-da-praca-do-di-pedem-novo-local-para-o-es.shtml. Acesso em 16 de abril/ 2023.

CORREIO BRASILIENSE. **Moradores de Taguatinga mobilizam ato contra venda de área da Praça do DI**. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/04/4997609-moradores-de-taguatinga-mobilizam-ato-contra-venda-de-area-da-praca-do-di.html>. Acesso em 16 de abril/ 2023.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GEHL, J; SVARRE, B. **A vida na Cidade**: como estudar. 1 ed. São Paulo: Perspectiva. 2018.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas** São Paulo: Perspectiva. 2014.

GOULART, P. C. A. **Pracidade**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, São Paulo: FAUUSP

HANNES, E. “Espaços abertos / espaços livres: um estudo de tipologias”. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo: FAU/USP, 2016, N. 37, pp. 121-144.

HEPNER, A. “O espaço livre corporativo em São Paulo: O conceito de espaço livre particular de uso público”. **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: FAU/USP, 2007, N. 23, pp. 108 - 115

HILLIER, B. **Space is the machine**: a configurational theory of architecture. Londres: Space Syntax. 2007.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013

JORGE, V. P. “Parque da cidade de José dos Campos: Um estudo de caso”. **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: FAU/USP, 2007, N. 23, pp. 124 - 128

LAMAS, J. M. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulheran, 1993. p. 590

LEITE, M. A. F. P. Um sistema de espaços livres para São Paulo. São Paulo: IEA-USP. **Estudos Avançados**, vol. 25, nº 71, abr. 2011, p.159-17.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LETTIERI, A. P. P. C.; SANTOS, V. J.. “Produção do Espaço Urbano e Espaços Livres”. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro: CEOERJ, 2019, N.17, pp. 87 - 103.

MAGNOLI, M. M. “Espaço Livre - Objeto de Trabalho”. **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: FAU/USP, 2006, N. 21, pp. 175 - 198

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; PELLEGRINO, P. R. M. "A natureza no cotidiano urbano - o projeto da paisagem na cidade de Maringá". **Acta Scientiarum. Technology**, Vol. 27, N. 2, 2005, pp. 167-173 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil

POLLI, P., CASARIN, V. **As transformações urbanas e a ressignificação dos espaços livres públicos**. Santa Catarina, Brasil, 2020.

RHEINGANTZ, Paulo. Narrativas ou traduções de urbanidades. In: NETTO, Vinicius M.; AGUIAR, Douglas A (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012, p. 135-161.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007